



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO

**PREGÃO ELETRÔNICO
SAO MATEUS CAMARA MUNICIPAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00003/2026
Processo Administrativo nº 000216/2026
CIDADES: 2026.067L0200001.01.0003**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o(a) **CÂMARA MUNICIPAL SÃO MATEUS/ES**, CNPJ 27.559.343/0001-47, por meio do(a) Setor de Licitações e Contratos, sediado(a) Avenida Jones dos Santos Neves, 40/70 - Bairro Centro, na cidade de São Mateus/ES - CEP 29930900, realizará licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, na forma Eletrônica, com critério de julgamento Menor Preço, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão Pública: 15/05/2026

Hora Inicial: 12:30 horas

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao perfeito funcionamento do sistema, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas.

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123 de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.7.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4 e 2.7.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.7.4 e 2.7.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

2.14. A vedação de que trata o item 2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.8. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei nº 14.133, de 2021.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.6 ou 4.8 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

4.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor expresso em Reais (R\$).

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

5.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valor entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa aberto.

6.11. No modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

6.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro.

6.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

6.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

6.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

6.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

6.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

6.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.22.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.22.2. empresas brasileiras;

6.22.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.22.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.23. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.24.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.24.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.24.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.24.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

7.1.4. Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. contiver vícios insanáveis;

7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência.

7.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7.9. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.9.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, contratação semi-integrada ou contratação integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.

7.10.3. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semiintegrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.12.2. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivada na Junta Comercial ou inscrita no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/distrital ou municipal/distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor;

e) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, relativa ao domicílio ou sede do fornecedor;

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual/distrital ou municipal/distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

i) O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação econômico-financeira

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.

Qualificação técnica

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

a1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

Identificação da empresa ou órgão contratante, bem como da empresa contratada, ambas com sua razão social, número do CNPJ e endereço;

Descrição dos serviços que foram realizados;

Período de execução dos serviços;

Assinatura do responsável legal.

a2) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

a3) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até horas , para:

8.14.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.14.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto acima

8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente

9.2. O adjudicatário terá o prazo de dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até dias úteis; ou





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência do registro do Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação;
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios:

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal de Compras Públicas e endereço eletrônico www.camarasaomateus.es.gov.br, na aba licitações.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Estudo Técnico Preliminar

Termo de Referência

Minuta do Contrato

São Mateus/ES, 29 de abril de 2026

Wanderlei Segantini

Presidente

Pedro Jadir Bonna

Agente de Contratação





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1 – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Atualmente, verifica-se a existência de vulnerabilidades nas áreas internas e externas, decorrentes da ausência ou insuficiência de cobertura por sistemas de videomonitoramento, bem como limitações tecnológicas do sistema eventualmente existente, tais como baixa resolução de imagens, falhas de gravação, ausência de armazenamento seguro e dificuldade de acesso remoto às imagens.

Além disso, há a necessidade de adoção de soluções mais eficazes de vigilância eletrônica, capazes de atuar tanto de forma preventiva quanto corretiva, auxiliando na identificação de eventos e na tomada de decisões pela gestão.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada se justifica pela necessidade de implantação de um sistema moderno, integrado e confiável de monitoramento por câmeras (CFTV), que permita: Monitoramento contínuo e em tempo real das áreas estratégicas; Registro e armazenamento seguro de imagens; Aumento da capacidade de resposta a incidentes; Inibição de práticas ilícitas e Apoio à gestão da segurança institucional.

A solução pretendida visa superar as limitações do cenário atual, proporcionando maior eficiência, confiabilidade e abrangência na vigilância dos ambientes, especialmente nas áreas identificadas como vulneráveis, contribuindo para a preservação do patrimônio público e a segurança das pessoas.

A contratação integrada (fornecimento + instalação + configuração + suporte) mostra-se mais vantajosa, pois assegura a compatibilidade entre os componentes do sistema, reduz riscos de falhas operacionais e facilita a responsabilização do contratado quanto ao desempenho da solução.

Portanto, a contratação mostra-se essencial para promover um ambiente mais seguro, alinhado às boas práticas de gestão pública, à proteção do patrimônio e ao interesse público.

2 – PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação está alinhada com o planejamento institucional da Câmara Municipal, sendo compatível com as ações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA) ou instrumento equivalente.

3 – ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

A estimativa das quantidades foi elaborada com base em análise preliminar das necessidades de segurança do prédio público, considerando pontos estratégicos como acessos, áreas internas, externas e de circulação, visando cobertura eficiente e contínua e encontra-se anexo ao Termo de Referência.

4 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Panorama geral do mercado: O mercado de segurança eletrônica apresenta ampla diversidade de soluções tecnológicas para sistemas de Circuito Fechado de Televisão (CFTV), abrangendo desde tecnologias tradicionais até sistemas inteligentes integrados. As soluções disponíveis são amplamente utilizadas por órgãos públicos, empresas e instituições, com diferentes níveis de complexidade, custo e eficiência.

De forma geral, os sistemas de videomonitoramento são classificados em três principais categorias:

- a) Sistema CFTV Analógico
- b) Sistema CFTV IP (digital)
- c) Sistema CFTV Híbrido (analógico + IP)

Soluções existentes no mercado

Sistema CFTV Analógico: Trata-se da tecnologia mais tradicional, com transmissão de imagens por cabos coaxiais e gravação em DVR.

Características: Menor custo inicial de implantação; Instalação relativamente simples e Indicado para pequenas instalações.

Limitações: Baixa resolução de imagem; Menor capacidade de expansão e Poucos recursos inteligentes

Sistema CFTV IP (Digital): Tecnologia moderna baseada em redes de dados (TCP/IP), utilizando câmeras digitais conectadas a NVRs ou servidores.

Características: Alta resolução (HD, Full HD, 4K); Monitoramento remoto via internet; Integração com outros sistemas (alarme, controle de acesso) e Possibilidade de uso de PoE (um único cabo para dados e energia).

Vantagens: Maior qualidade de imagem, Alta escalabilidade e flexibilidade, Recursos inteligentes (detecção de movimento, análise de vídeo) e Melhor segurança da informação (criptografia e autenticação).

Desvantagens: Maior custo inicial e Necessidade de infraestrutura de rede adequada

Sistema CFTV Híbrido

Combina câmeras analógicas e IP no mesmo sistema.

Características: Permite aproveitamento de infraestrutura existente; Redução de custos em projetos de modernização e Flexibilidade de migração gradual para tecnologia IP.

Tendências de mercado: O mercado atual apresenta forte tendência de migração para sistemas IP, em razão de: Maior eficiência operacional; Redução de custos de infraestrutura a longo prazo; Integração com tecnologias de segurança inteligente (analytics, reconhecimento facial, etc.) e Expansão facilitada sem necessidade de grandes intervenções físicas

Componentes comuns das soluções

As empresas especializadas oferecem soluções completas que normalmente incluem:

- a) Câmeras (fixas, dome, bullet, speed dome/PTZ)
- b) Gravadores (DVR/NVR)
- c) Servidores de armazenamento





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- d) Switches e infraestrutura de rede
- e) Cabeamento estruturado ou coaxial
- f) Fontes e nobreaks
- g) Software de monitoramento
- h) Mão de obra de instalação, configuração e treinamento

Critérios para escolha da solução mais adequada

A definição da solução ideal deve considerar:

- a) Tamanho e complexidade da área monitorada
- b) Necessidade de qualidade de imagem
- c) Possibilidade de expansão futura
- d) Integração com outros sistemas de segurança
- e) Infraestrutura de rede existente
- f) Custo global (implantação + manutenção)

Solução mais adequada para a Administração: Considerando as soluções disponíveis no mercado, observa-se que:

- a) O sistema CFTV IP apresenta melhor desempenho, maior durabilidade tecnológica e capacidade de expansão;
- b) O sistema híbrido pode ser considerado quando houver infraestrutura pré-existente a ser aproveitada;
- c) O sistema analógico, embora mais econômico, mostra-se limitado para demandas institucionais mais complexas.

Dessa forma, para contratações públicas que visam maior eficiência, segurança e possibilidade de crescimento, a solução baseada em tecnologia IP tende a ser a mais adequada, especialmente para ambientes institucionais.

O levantamento de mercado demonstra que há oferta de empresas especializadas capazes de fornecer soluções completas de videomonitoramento, com diferentes níveis tecnológicos.

Entre as alternativas disponíveis, destacam-se os sistemas IP como padrão atual de mercado, sendo recomendados para garantir: maior qualidade de monitoramento; escalabilidade; integração tecnológica e melhor custo-benefício no longo prazo.

5 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos Gerais: A contratação deverá contemplar solução integrada para fornecimento e instalação de sistema de CFTV, em regime “turn-key”, incluindo:

- a) Fornecimento de equipamentos, materiais e acessórios;
- b) Instalação, configuração e testes;
- c) Treinamento de usuários;
- d) Garantia e suporte técnico.

Requisitos Técnicos da Solução

Equipamentos

- a) Câmeras IP com resolução mínima Full HD;
- b) Visão noturna (infravermelho);
- c) Proteção IP66 ou superior;
- d) Recursos analíticos (detecção de movimento, intrusão, etc.);
- e) Gravadores (NVR) compatíveis;
- f) Armazenamento com retenção mínima definida (ex.: 30 dias).





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

Infraestrutura

- a) Cabeamento estruturado e switches PoE;
- b) Racks, organizadores e acessórios;
- c) Nobreaks e proteção elétrica;
- d) Sistema escalável.

Software

- a) Sistema de gerenciamento (VMS);
- b) Controle de acesso por usuário;
- c) Registro de logs;
- d) Exportação de imagens.

Requisitos de Execução

- a) Instalação conforme normas técnicas;
- b) Identificação e organização dos cabos;
- c) Testes e validação com a contratante;
- d) Entrega de documentação técnica completa;
- e) Operação assistida na fase inicial.

Requisitos de Manutenção e Suporte

- a) Manutenção preventiva e corretiva;
- b) Atendimento dentro de SLA definido;
- c) Substituição de equipamentos defeituosos;
- d) Atualizações de sistema.

Requisitos de Segurança da Informação

- a) Controle de acesso ao sistema;
- b) Registro de logs;
- c) Proteção de dados conforme LGPD;
- d) Uso institucional das imagens.

Requisitos de Habilitação: A licitante deverá apresentar:

- a) Registro comercial (empresa individual) ou contrato/estatuto social atualizado;
- b) Comprovação de inscrição no CNPJ;
- c) Documento de eleição dos administradores (quando aplicável);
- d) Ato constitutivo devidamente registrado.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: Deverá ser comprovada mediante apresentação de:

- a) Certidão de regularidade com a Fazenda Federal;
- b) Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de regularidade com a Fazenda Municipal;
- d) Certificado de regularidade do FGTS;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Qualificação Econômico-Financeira: A licitante deverá comprovar:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial.

Qualificação Técnica

Capacidade Técnico-Operacional

- a) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- b) Comprovação de execução anterior de serviços compatíveis com o objeto (instalação de CFTV ou sistemas de segurança eletrônica).

Capacidade Técnico-Profissional

- a) Indicação de responsável técnico;
- b) Comprovação de vínculo com a empresa;
- c) Registro no conselho profissional competente (quando aplicável, ex.: CREA/CFT);

Outros Requisitos Técnicos e Administrativos

- a) Garantia mínima dos equipamentos (ex.: 12 meses ou superior);





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- b) Disponibilização de suporte técnico;
- c) Treinamento dos usuários;
- d) Entrega de manuais e documentação;
- e) Possibilidade de expansão futura do sistema.

Requisitos de Desempenho

- a) Operação contínua (24h/dia, 7 dias/semana);
- b) Qualidade de imagem adequada para identificação;
- c) Tempo de resposta adequado para acesso às gravações;
- d) Alta disponibilidade do sistema.

6 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de valor foi obtida por meio de Pesquisa de preços com fornecedores; Contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, através do Banco de Preços e Painel de preços do Governo Federal, quando aplicável.

Com base em levantamento de mercado, verificou-se que o custo para fornecimento e instalação de sistema de videomonitoramento (CFTV), incluindo equipamentos, materiais, infraestrutura e mão de obra especializada, varia conforme a quantidade de câmeras e a complexidade do projeto.

Com base em pesquisas de mercado, o custo total pelo sistema completo é de R\$ 110.363,32 (cento e dez mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos), sondierado compatível com os serviços a serem contratados, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, garantindo a adequada.

7 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A contratação deverá abranger uma solução completa e integrada, apta a atender às necessidades de monitoramento e segurança dos ambientes da Administração, observando as melhores práticas de mercado, padrões técnicos vigentes e critérios de economicidade, eficiência e sustentabilidade.

Componentes da Solução

A solução compreende, de forma não exaustiva, os seguintes elementos:

- a) Fornecimento de Equipamentos
- b) Infraestrutura e Materiais
- c) Serviços de Implantação
- d) Configuração e Integração
- e) Testes e Comissionamento
- f) Treinamento
- g) Garantia e Suporte Técnico

Funcionamento da Solução: O sistema operará de forma integrada e contínua, sendo que:

- As câmeras realizarão a captação das imagens dos ambientes monitorados;
- Os dados serão transmitidos por meio da infraestrutura de rede instalada;
- Os gravadores (DVR/NVR) processarão e armazenarão as imagens;
- Os usuários autorizados poderão acessar as imagens em tempo real ou gravadas, local ou remotamente, conforme níveis de permissão definidos.

Requisitos de Desempenho e Qualidade: A solução deverá garantir:





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- Qualidade adequada das imagens para identificação de pessoas e eventos;
- Disponibilidade e estabilidade do sistema;
- Segurança no armazenamento e acesso às informações;
- Facilidade de operação e gerenciamento;
- Escalabilidade para futuras ampliações.

8 – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Embora a Lei nº 14.133/2021 estabeleça como diretriz o parcelamento do objeto com vistas à ampliação da competitividade, verifica-se que, no caso em tela, o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente viável, pelas razões a seguir expostas:

Inicialmente, destaca-se que o sistema de videomonitoramento constitui uma solução integrada, composta por diversos elementos interdependentes, tais como câmeras, gravadores (NVR/DVR), cabeamento estruturado, fontes de alimentação, dispositivos de armazenamento, softwares de gerenciamento e infraestrutura de rede. A adequada funcionalidade do sistema depende da perfeita compatibilidade, parametrização e integração entre esses componentes.

O eventual parcelamento da contratação, com a divisão entre fornecimento de equipamentos e execução da instalação, ou ainda entre diferentes itens do sistema, poderia acarretar riscos significativos à execução contratual, tais como:

- incompatibilidade entre equipamentos de diferentes fornecedores;
- dificuldades na definição de responsabilidades em caso de falhas ou mau funcionamento;
- aumento do risco de descontinuidade do serviço;
- prejuízos à garantia e à assistência técnica;
- dificuldades na gestão e fiscalização contratual.

Além disso, a contratação de uma única empresa responsável por todas as etapas - fornecimento, instalação, configuração, testes e entrega em pleno funcionamento - assegura maior eficiência, padronização tecnológica, responsabilidade integral pelo sistema e melhor custo-benefício para a Administração Pública.

Do ponto de vista econômico, o parcelamento pode resultar em aumento de custos indiretos, retrabalho e necessidade de contratações adicionais para integração dos sistemas, o que contraria o princípio da economicidade.

Por fim, ressalta-se que a adoção de solução integrada é prática consolidada no mercado especializado, sendo usual que empresas do ramo ofereçam o fornecimento completo com instalação e suporte técnico, o que reforça a viabilidade de competição mesmo sem o parcelamento do objeto.

Diante do exposto, conclui-se que o não parcelamento do objeto é a medida mais adequada para garantir a eficiência, a funcionalidade e a segurança do sistema a ser contratado, atendendo ao interesse público e aos princípios da Administração.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

A contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento visa alcançar os seguintes resultados:

- 1. Ampliação da Segurança Patrimonial e Institucional:** Redução de riscos relacionados a furtos, vandalismo e invasões, garantindo maior proteção aos bens públicos, servidores e usuários das dependências.
- 2. Monitoramento Contínuo e em Tempo Real:** Implementação de sistema que permita o acompanhamento contínuo das áreas monitoradas, com acesso remoto e em tempo real às imagens, possibilitando resposta rápida a ocorrências.
- 3. Registro e Armazenamento de Imagens:** Disponibilização de gravação segura das imagens captadas, com armazenamento adequado pelo período definido, permitindo consulta posterior para apuração de incidentes.
- 4. Melhoria na Gestão e Controle de Acessos:** Apoio na fiscalização de entrada e saída de pessoas e veículos, contribuindo para maior controle operacional e organizacional.
- 5. Integração com Tecnologias Modernas:** Utilização de equipamentos e soluções tecnológicas atualizadas, compatíveis com os padrões de mercado, possibilitando expansão futura e integração com outros sistemas de segurança, se necessário.
- 6. Alta Disponibilidade e Confiabilidade do Sistema:** Garantia de funcionamento contínuo do sistema, com baixo índice de falhas, incluindo instalação adequada, configuração eficiente e suporte técnico especializado.
- 7. Adequação às Normas Técnicas e Legais:** Implementação em conformidade com normas técnicas aplicáveis e legislações vigentes, assegurando qualidade, segurança da informação e proteção de dados.
- 8. Capacitação dos Usuários:** Treinamento dos servidores responsáveis pela operação do sistema, garantindo o uso adequado das funcionalidades disponíveis.
- 9. Eficiência na Aplicação dos Recursos Públicos:** Obtenção de solução com melhor custo-benefício, considerando qualidade, durabilidade, manutenção e desempenho do sistema.
- 10. Prevenção de Ocorrências e Efeito Disuasório:** Redução de comportamentos indevidos em razão da presença visível do sistema de monitoramento, promovendo ambiente mais seguro e organizado.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Para viabilizar a contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de videomonitoramento (CFTV), a Administração deverá adotar as seguintes providências:

- 1. Planejamento e Levantamento da Necessidade:** Realizar diagnóstico detalhado das áreas que necessitam de monitoramento, identificando pontos críticos, vulnerabilidades e objetivos da vigilância; Definir a quantidade estimada de câmeras, tipos (internas/externas, fixas/dome/PTZ), resolução e recursos desejáveis (visão noturna, detecção de movimento, etc.) e Levantar a necessidade de infraestrutura (rede lógica, energia elétrica, cabeamento estruturado, pontos de fixação, armazenamento de imagens).
- 2. Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP):** Identificar e comparar soluções disponíveis no mercado (CFTV IP, analógico HD, sistemas híbridos); Justificar a solução escolhida com base em critérios técnicos, econômicos e operacionais e Avaliar riscos da contratação e propor medidas mitigadoras.
- 3. Elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico**
- 4. Detalhar o objeto da contratação, incluindo: Especificações técnicas dos equipamentos (câmeras, NVR/DVR, servidores, monitores, etc.); Serviços de instalação, configuração,**





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- testes e treinamento; Garantia mínima e suporte técnico; Requisitos de desempenho e qualidade; Definir critérios de medição e pagamento e Estabelecer prazos de execução.
5. Pesquisa de Preços e Estimativa de Custos: Realizar pesquisa de mercado com fornecedores especializados; Utilizar bancos de preços públicos, quando possível e Justificar eventuais limitações na obtenção de referências de preços.
 6. Adequação Orçamentária: Verificar a existência de dotação orçamentária suficiente e Providenciar a reserva de recursos para a contratação.
 7. Definição da Modalidade de Licitação: Escolher a modalidade adequada conforme a Lei nº 14.133/2021 e Definir critério de julgamento (menor preço, técnica e preço, etc.), conforme a complexidade da solução.
 8. Preparação do Processo Licitatório: Elaborar o edital e anexos (ETP, Termo de Referência, minuta de contrato); Submeter à análise jurídica, quando necessário e Publicar o edital e conduzir o certame.
 9. Designação de Gestor e Fiscal do Contrato: Nomear servidores responsáveis pela gestão e fiscalização contratual e Definir atribuições e rotinas de acompanhamento da execução.
 10. Preparação da Infraestrutura: Garantir que os locais estejam aptos para instalação (energia, rede, obras civis, se necessário) e Providenciar autorizações internas e acesso às áreas de instalação.
 11. Acompanhamento da Execução: Fiscalizar a entrega, instalação e funcionamento do sistema; Verificar conformidade com as especificações técnicas e Registrar ocorrências e aplicar sanções, se necessário.
 12. Recebimento do Objeto: Realizar testes operacionais e validação do sistema e Receber provisoriamente e, após verificação completa, definitivamente o objeto.
 13. Capacitação de Usuários: Garantir treinamento dos servidores que operarão o sistema e Disponibilizar manuais e orientações técnicas.
 14. Manutenção e Suporte: Acompanhar o período de garantia e Definir estratégias para manutenção preventiva e corretiva após o término da garantia.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A presente contratação poderá demandar ou estar relacionada a outras contratações correlatas e/ou interdependentes, necessárias à adequada implantação, operação e manutenção do sistema de videomonitoramento, conforme descrito a seguir:

- 1. Infraestrutura de rede lógica e elétrica:** Contratação de serviços para adequação ou expansão da rede lógica (cabeamento estruturado, switches, racks, patch panels) e Adequações na rede elétrica, incluindo instalação de pontos de energia, nobreaks (UPS) e sistemas de proteção contra surtos.
- 2. Serviços de conectividade e internet:** Contratação ou ampliação de link de internet, quando necessário para acesso remoto, monitoramento em nuvem ou integração entre unidades e Serviços de rede privada (VPN) para acesso seguro às imagens.
- 3. Soluções de armazenamento e backup:** Contratação de serviços ou aquisição de soluções complementares de armazenamento (local ou em nuvem), para guarda das imagens conforme exigências legais e operacionais e Serviços de backup e recuperação de dados.
- 4. Sistemas de monitoramento e integração:** Possível integração com outros sistemas já existentes, como controle de acesso, alarmes, sensores perimetrais e centrais de monitoramento e Contratação de softwares adicionais ou licenças específicas, quando não contempladas na solução principal.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

5. Serviços de manutenção e suporte técnico continuado: Contratação futura ou concomitante de serviços de manutenção preventiva e corretiva do sistema, incluindo substituição de peças, atualizações e suporte técnico especializado.

6. Capacitação e treinamento de usuários: Contratação de serviços de treinamento para servidores responsáveis pela operação e gestão do sistema, garantindo o uso adequado da solução.

7. Segurança da informação e proteção de dados: Contratação de soluções ou serviços voltados à segurança cibernética, como firewalls, antivírus corporativos e políticas de controle de acesso, especialmente em conformidade com a LGPD.

8. Adequações físicas e estruturais: Serviços de engenharia para instalação de suportes, postes, dutos, eletrocalhas, bem como eventuais obras civis necessárias à correta instalação dos equipamentos.

As contratações acima descritas possuem caráter complementar e/ou interdependente, sendo fundamentais para assegurar a efetividade, continuidade e segurança do sistema de videomonitoramento. Ressalta-se que tais demandas deverão ser avaliadas no planejamento global da contratação, podendo ser executadas de forma concomitante ou em fases, conforme a necessidade da Administração.

12 – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Na contratação referenciada, é importante considerar os possíveis impactos ambientais ao longo de todo o ciclo de vida da solução (fornecimento, instalação, operação e descarte). Abaixo estão os principais impactos que podem ser abordados no Estudo Técnico Preliminar (ETP):

1. Consumo de energia elétrica: Funcionamento contínuo (24h) de câmeras, gravadores (NVR/DVR), monitores e servidores; Aumento da demanda energética da edificação e Possível contribuição indireta para emissões de gases de efeito estufa.

Medidas mitigadoras: Utilização de equipamentos com selo de eficiência energética; Configuração de modos de economia de energia e Uso de tecnologias mais eficientes (ex.: câmeras IP modernas).

2. Geração de resíduos eletrônicos (e-lixo): Descarte de equipamentos ao final da vida útil (câmeras, cabos, fontes, HDs) e Substituições por obsolescência tecnológica ou manutenção.

Medidas mitigadoras: Exigir logística reversa do fornecedor; Priorizar equipamentos com maior durabilidade e garantia e Destinação adequada conforme normas ambientais.

3. Uso de materiais e insumos: Utilização de cabos (coaxial ou UTP), eletrodutos, suportes metálicos/plásticos e outros acessórios e Consumo de recursos naturais na fabricação desses materiais.

Medidas mitigadoras: Preferência por materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental e Planejamento eficiente da instalação para evitar desperdícios.

4. Impactos da instalação: Pequenas intervenções físicas (perfurações, fixações, passagem de cabos); Geração de resíduos de obra (poeira, entulho leve) e Possível interferência temporária no ambiente.

Medidas mitigadoras: Execução por equipe qualificada para minimizar danos e Limpeza e destinação adequada dos resíduos gerados.

5. Poluição visual: Instalação de câmeras e infraestrutura aparente pode impactar a estética do ambiente, especialmente em áreas urbanas ou prédios históricos.

Medidas mitigadoras: Planejamento do layout e posicionamento dos equipamentos e Uso de soluções discretas e integradas ao ambiente.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

6. Emissões indiretas (transporte e logística): Transporte dos equipamentos até o local de instalação e Deslocamento da equipe técnica.

Medidas mitigadoras: Aquisição de fornecedores regionais (quando possível) e Planejamento logístico eficiente.

7. Ruídos e incômodos temporários: Durante a instalação, uso de ferramentas pode gerar ruído.

Medidas mitigadoras: Execução em horários adequados e Comunicação prévia aos usuários do local.

A contratação apresenta impactos ambientais de baixa magnitude, em sua maioria temporários e mitigáveis, relacionados principalmente ao consumo energético e à geração de resíduos eletrônicos. Mediante a adoção de critérios de sustentabilidade — como eficiência energética, logística reversa e destinação adequada de resíduos —, os impactos podem ser significativamente reduzidos, tornando a solução ambientalmente viável.

13 – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Após a realização dos estudos técnicos preliminares, análises de mercado, levantamento de requisitos e avaliação das alternativas disponíveis, declara-se **viável** a contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de sistema de segurança por meio de câmeras de videomonitoramento (CFTV), incluindo todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao pleno funcionamento do sistema.

A viabilidade da contratação está fundamentada nos seguintes aspectos:

1. Viabilidade Técnica: Verificou-se que existem, no mercado, diversas empresas capacitadas a fornecer soluções completas de CFTV, com tecnologia adequada às necessidades da Administração, incluindo câmeras de alta resolução, sistemas de gravação digital, infraestrutura de rede e softwares de monitoramento. As soluções disponíveis atendem aos requisitos de desempenho, confiabilidade e escalabilidade.

2. Viabilidade Econômica: Com base em levantamento de mercado e orçamentos obtidos, constatou-se que os custos estimados são compatíveis com os praticados no mercado, apresentando relação custo-benefício satisfatória diante dos ganhos em segurança patrimonial, prevenção de incidentes e redução de perdas.

3. Viabilidade Operacional: A implantação do sistema é plenamente exequível no ambiente da Administração, considerando a infraestrutura existente ou passível de adequação. A operação do sistema é simples, podendo ser realizada por servidores previamente capacitados ou por equipe designada, sem necessidade de estrutura complexa adicional.

4. Adequação ao Interesse Público: A contratação atende ao interesse público ao proporcionar maior segurança aos bens patrimoniais, servidores e usuários dos serviços públicos, além de contribuir para a prevenção de atos ilícitos e apoio à gestão e fiscalização dos ambientes monitorados.

5. Sustentabilidade e Impactos Ambientais: Os impactos ambientais são considerados baixos e mitigáveis, limitando-se basicamente ao consumo de energia elétrica e ao descarte de equipamentos ao final da vida útil, podendo ser minimizados com a adoção de equipamentos eficientes e práticas adequadas de descarte.

6. Riscos da Contratação: Os riscos identificados são administráveis e incluem falhas técnicas, obsolescência tecnológica e necessidade de manutenção, os quais podem ser





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

mitigados por meio de especificações técnicas adequadas, garantia contratual e suporte técnico especializado.

Diante do exposto, conclui-se que a contratação pretendida é **tecnicamente adequada, economicamente viável e operacionalmente possível**, atendendo às necessidades da Administração Pública e ao interesse público, motivo pelo qual se recomenda o prosseguimento do processo licitatório.

IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		ANÁLISE DO RISCO		
RISCO	EVENTO	Probabilidade	Impacto	Nível
R01	Especificação técnica inadequada	Média	Alto	Alto
R02	Escolha de empresa sem capacidade técnica	Baixa	Alto	Médio
R03	Atraso na entrega e instalação	Média	Alto	Alto
R04	Equipamentos de baixa qualidade	Média	Alto	Alto
R05	Incompatibilidade com infraestrutura existente	Média	Médio	Médio
R06	Falhas na instalação	Baixa	Alto	Médio
R07	Vulnerabilidades de segurança cibernética	Média	Alto	Alto
R08	Indisponibilidade do sistema após instalação	Média	Alto	Alto
R09	Custos adicionais não previstos	Média	Médio	Médio
R10	Problemas na manutenção futura	Média	Médio	Médio
R11	Descumprimento de prazos contratuais	Média	Alto	Alto
R12	Riscos trabalhistas	Baixa	Alto	Médio
R13	Impactos ambientais (resíduos eletrônicos)	Baixa	Médio	Baixo
R14	Interrupção de atividades durante instalação	Média	Médio	Médio
R15	Falhas na gravação/armazenamento de imagens	Média	Alto	Alto

RESPOSTA AO RISCO		ANÁLISE DO RISCO
RISCO	AÇÕES PREVENTIVAS	AÇÕES CONTIGÊNCIAS
R01	Realizar estudo técnico detalhado e visitas in loco	Aplicação de penalidades e equipe de prontidão
R02	Exigir atestados de capacidade técnica compatíveis	Ajustes imediatos no local
R03	Estabelecer cronograma detalhado e cláusulas de penalidade	Equipamentos reserva
R04	Definir especificações mínimas e exigir certificações	Profissional substituto imediato
R05	Realizar vistoria técnica prévia obrigatória	Substituição ou reforço do serviço
R06	Exigir qualificação técnica da equipe	Suspensão do serviço irregular
R07	Exigir padrões de segurança da informação	Reforço emergencial
R08	Prever fase de testes e aceitação	Rescisão e penalidades





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

R09	Orçamento detalhado e pesquisa de mercado	Notificação e retenção de pagamentos
R10	Prever garantia e suporte técnico	Inabilitação
R11	Fiscalização ativa e designação de gestor do contrato	Reparação pela contratada
R12	Exigir regularidade fiscal e trabalhista	Plano alternativo simplificado
R13	Exigir plano de descarte sustentável	
R14	Planejamento por etapas e horários alternativos	
R15	Definir capacidade de armazenamento adequada	

PROBABILIDADE	ALTA	MÉDIO	ALTO	ALTO
	MÉDIA	BAIXO	MÉDIO	ALTO
	BAIXA	BAIXO	BAIXO	MÉDIO
		BAIXO	MÉDIO	ALTO
	IMPACTO			

NÍVEL DE ACEITAÇÃO DO RISCO
Inaceitável
Média Aceitação
Aceitável

14 – APROVAÇÃO E ASSINATURA

Diante do que foi exposto, assinamos o presente Estudo Técnico Preliminar:

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO

WANDERLEI SEGANTINI
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo



PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES

Número/Ano	000016 / 2026 - 22/04/2026
Secretaria	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Local/Setor	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Requerente	DIERLISSON SANTOS JUSTINIANO
Justificativa	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

Item	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00002759	CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO (BULLET) EXTERNA>> câmera de videomonitoramento (bullet) para uso externo, com resolução 8mp(4k), equipada com visão noturna por infravermelho, adequada para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana. deverá possuir grau mínimo de proteção ip67. sensor de imagem: 1/2.7. compressão de vídeo: h.265+ compatível com nvr e software de gerenciamento de cftv utilizados no sistema, permitindo integração e visualização unificada das imagens. modelo referência: intelbras vip 3830 ia.	UN	14,00		
00002	00001	00002752	CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO (BULLET) INTERNA>> câmera de videomonitoramento (bullet) para uso interno, com resolução mínima de 4 mp (1440p), equipada com visão noturna por infravermelho, adequada para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana. sensor de imagem: 1/2.9 ou superior compressão de vídeo: h.265+ deverá ser plenamente compatível com o mesmo nvr e software de gerenciamento de cftv utilizados pelas câmeras externas, permitindo integração e visualização unificada das imagens. modelo de referência: intelbras vip 5440 ia, intelbras vip 3430 b ia.	UN	22,00		
00003	00001	00003388	GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE (NVR)>> gravador de vídeo em rede (nvr) com capacidade mínima para 32 canais ip e suporte de definição 4k com compressão de vídeo h.265+. equipamento adequado para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana, com suporte à gravação simultânea dos canais, instalação de hd interno para armazenamento das gravações e acesso local e remoto às imagens.	UN	2,00		
00004	00001	00001170	DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO INTERNO (HD)>> dispositivo de armazenamento interno do tipo disco rígido (hd), com capacidade mínima de 6 (seis) terabytes (tb), destinado ao armazenamento contínuo de imagens e vídeos provenientes de sistema de videomonitoramento (cftv). tamanho: 3,5 polegadas interface de conexão sata iii (6 gb/s) ou compatível, e ser plenamente compatível com sistemas de gravação de vídeo digital do tipo dvr e/ou nvr. taxa de carga de trabalho anual: 180tb/ano 5400 rpm cache: 256mb o disco rígido deverá ser projetado para operação ininterrupta, 24 horas por dia e 7 dias por semana, suportando gravação simultânea de múltiplos canais de vídeo, com tecnologia adequada para aplicações de vigilância eletrônica. deverá apresentar desempenho compatível com, assegurando estabilidade, confiabilidade e integridade dos dados gravados. modelo/marca de referência: western digital wd64purz .	UN	2,00		
00005	00001	00000479	CAIXA DE SOBREPOR VBOS>> caixa de sobrepor vbox: dimensões externas (l x a x p) 102x101x53mm peso suportado (câmera na tampa) até 1kg. material plástico resistente (abs ou similar). instalação:	UN	36,00		



Autenticar documento em <https://camarasaoateus.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 320034003700330039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PEDIDO DE COMPRAS SIMPLES



Número/Ano	000016 / 2026 - 22/04/2026
Secretaria	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Local/Setor	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Requerente	DIERLISSON SANTOS JUSTINIANO
Justificativa	Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

montagem em parede ou teto.

NOBREAK 600VA>>

nobreak 600va - line interactive potência: 600va / 360w (fator de potência 0,6). tensão de entrada: 115v / 127v. tensão de saída: 115v / 127v ± 10% (estabilizada). frequência: 60 hz. tempo de transferência: < 8 ms tempo de backup: aproximadamente 10 a 20 minutos bateria: chumbo-ácido selada (1 x 12v/7ah). conectores: mínimo de 4 tomadas padrão brasileiro, com proteção contra surtos elétricos. proteções: contra curto-circuito, sobrecarga, sobretensão, subtensão e descarga profunda da bateria. recursos adicionais: religamento automático após retorno da energia elétrica.

00006 00001 00000754 UN 2,00

SWITCH POE 24 PORTAS>>

switch poe 24 portas gigabit 24 portas 10/100/1000 mbps.método de comutação: armazena e envia (store-andforward) capacidade de comutação: superior a 45 gbps taxa de encaminhamento de pacotes: superior a 35 mpps taxa de transferência: ethernet: 10 mbps (half duplex), 20 mbps (full duplex); fast ethernet: 100 mbps (half duplex), 200 mbps (full duplex); gigabit ethernet: 2000 mbps (full duplex) ideal para aplicações que exigem alto tráfego de dados alimentação: entrada: 100-240 vac / 50-60 hz (bivolt automático).

00007 00001 00000749 UN 2,00

CABO DE REDE CAT 5E>>

cabo 100% cobre resistente a intempéries - cat5e cmr (riser) antichamas. construção: 4 pares de cobre 24 awg, capa de pvc retardante de chama ou lszh (low smoke zero halogen). 305 metros.

00008 00001 00000866 CX 4,00

CANALETAS, ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS

canaletas, eletrodutos e acessórios de fixação conforme necessidade

00009 00001 00002706 UN 1,00

SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VÍDEOMONITORAMENTO>>

serviço de instalação de câmeras: prestação de serviço de instalação de 36 câmeras de cftv, incluindo: fixação das câmeras nos pontos indicados pela câmara, passagem de cabos, conectorização, testes de continuidade e organização dos cabos, interligação das câmeras switch e ao gravador (nvr), ajustes de foco, ângulo e verificação de imagem, atestar o funcionamento do software em computador dos responsáveis pelo monitoramento na câmara municipal

00010 00001 00000629 UN 1,00

RACK 5U DE PAREDE>>

rack 5u de parede - rack de parede 5u básico (aberto): instalações simples em pequenos escritórios, redes domésticas ou pontos de telecomunicação, com aplicação comum em cftv. especificações técnicas: material: aço carbono. capacidade de carga: até 50 kg. profundidade: 300mm a 600mm. porta: acrílico e fecho com chave montagem: fixação direta na parede. c compatível com nvr, item 3).

00011 00001 00000833 UN 2,00





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao perfeito funcionamento do sistema.

1.2. Descrição do Objeto: O objeto compreende; fornecimento e instalação de câmeras de segurança (internas e externas), com gravação digital e armazenamento em servidor local ou em nuvem; Cabeamento estruturado, conectores, fontes e demais materiais necessários à instalação; Configuração e integração do sistema; Treinamento básico para operação; Garantia mínima de 12 (doze) meses sobre os equipamentos e serviços prestados e Suporte técnico durante o período de garantia.

2. Descrição Detalhada: Conforme documento anexo.

3. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Cap. 1, do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no Cap. 7, do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Os requisitos da contratação encontra-se pormenorizada, no Cap. 8 do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

7.1. O fornecimento e serviços, objeto deste Termo de Referência deverão ser executados na sede da Câmara Municipal de São Mateus/ES (anexos 1 e 2), localizada à Avenida Jones dos Santos Neves, 40/701 - Centro, na quantidade e qualidade requisitada.

7.2. O prazo para entrega do objeto licitado é de até 120 (cento e vinte) dias.

7.3. Poderá ser exigido que seja refeito e/ou substituído qualquer parte do objeto licitado, caso este tenha sido executado com imperícia técnica ou em desacordo com as Normas e Especificações Técnicas.

7.4. O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente em até 02 (dois) dias úteis após a finalização do objeto licitado, uma vez verificada a satisfação mediante termo de recebimento definitivo.

7.5. Caso não seja possível o fornecimento e execução dos serviços no prazo estipulado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

7.6. A contratada se responsabilizará por todas as despesas referentes à mão de obra, transporte/frete e encargos trabalhistas.

7.7. Havendo rejeição do objeto licitado, no todo ou em parte, a contratada deverá refazê-los no prazo estabelecido pela Administração, observando as condições estabelecidas para a prestação.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

7.8. Na impossibilidade de ser refeito o objeto licitado rejeitado, ou na hipótese de não serem os mesmos executados, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à contratada, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.9. Em caso de irregularidade não sanada pela contratada, a contratante reduzirá a termo os fatos ocorridos para aplicação de sanções.

7.10. A contratada será responsável por efetuar, a qualquer tempo, dentro do prazo de garantia e sem ônus para a contratante, a substituição do item licitado deste Termo de Referência, quando o mesmo apresentar imperfeições.

7.11. A contratada deverá oferecer suporte técnico e garantia sobre a qualidade do objeto licitado para realização do serviço, com as devidas orientações.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

Recebimento

8.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de dois dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de cinco dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/21, comunicando-se à empresa para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

Prazo para Pagamento

8.11. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

8.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, por culpa exclusiva da contratante, o pagamento será efetuado com atualização financeira, calculada de acordo com a taxa SELIC, após 60 (sessenta) dias do vencimento do documento fiscal.

Forma de Pagamento

8.13. O pagamento será efetuado por meio de transferência eletrônica (TEV, TED ou DOC) para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.14. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando for o caso.

8.16. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.17. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica.

Forma de julgamento da proposta

9.2. O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço Global, pois se trata de um fornecimento padronizado, cuja principal variável de decisão é o valor oferecido pelo licitante, desde que atendidas todas as especificações do Termo de Referência.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será em forma única, mediante solicitação formal enviada à contratada. O prazo máximo para cada entrega será de duas horas, que antecederem a realização do evento, a partir da solicitação.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos constantes no Cap. 5, do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é o valor encontrado no quadro de prévias anexas ao processo licitatório.

10.2. Com base em pesquisas de mercado, o custo total pelo sistema completo é de R\$ 110.363,32 (cento e dez mil, trezentos e sessenta e três reais e trinta e dois centavos), sondierado compatível com os serviços a serem contratados, atendendo aos princípios da razoabilidade, economicidade e interesse público, garantindo a adequada.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Mateus/ES.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - Ficha – 00020 - Fonte de Recurso – 150000000000

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO - Ficha – 00010 - Fonte de Recurso - 150000000000

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha - 00013 - Fonte de Recurso – 150000000000

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Diante do que foi exposto, assinamos o presente Termo de Referência:

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO

WANDERLEI SEGANTINI
Presidente





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000015/2026 - 29/04/2026 - Processo Nº 000216/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00001	00001	00002759	CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO (BULLET) EXTERNA>> câmera de videomonitoramento (bullet) para uso externo, com resolução 8mp(4k), equipada com visão noturna por infravermelho, adequada para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana. deverá possuir grau mínimo de proteção ip67. sensor de imagem: 1/2.7. compressão de vídeo: h.265+ compatível com nvr e software de gerenciamento de cftv utilizados no sistema, permitindo integração e visualização unificada das imagens. modelo referência: intelbras vip 3830 ia.	UN	14,00	2.515,886	35.222,40
00002	00001	00002752	CÂMERA DE VIDEOMONITORAMENTO (BULLET) INTERNA>> câmera de videomonitoramento (bullet) para uso interno, com resolução mínima de 4 mp (1440p), equipada com visão noturna por infravermelho, adequada para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana. sensor de imagem: 1/2.9 ou superior compressão de vídeo: h.265+ deverá ser plenamente compatível com o mesmo nvr e software de gerenciamento de cftv utilizados pelas câmeras externas, permitindo integração e visualização unificada das imagens. modelo de referência: intelbras vip 5440 ia, intelbras vip 3430 b ia.	UN	22,00	884,350	19.455,70
00003	00001	00003388	GRAVADOR DE VÍDEO EM REDE (NVR)>> gravador de vídeo em rede (nvr) com capacidade mínima para 32 canais ip e suporte de definição 4k com compressão de vídeo h.265+. equipamento adequado para operação contínua 24h por dia, 7 dias por semana, com suporte à gravação simultânea dos canais, instalação de hd interno para armazenamento das gravações e acesso local e remoto às imagens.	UN	2,00	5.887,070	11.774,14
00004	00001	00001170	DISPOSITIVO DE ARMAZENAMENTO INTERNO (HD)>> dispositivo de armazenamento interno do tipo disco rígido (hd), com capacidade mínima de 6 (seis) terabytes (tb), destinado ao armazenamento contínuo de imagens e vídeos provenientes de sistema de videomonitoramento (cftv). tamanho: 3,5 polegadas interface de conexão sata iii (6 gb/s) ou compatível, e ser plenamente compatível com sistemas de gravação de vídeo digital do tipo dvr e/ou nvr. taxa de carga de trabalho anual: 180tb/ano 5400 rpm cache: 256mb o disco rígido deverá ser projetado para operação ininterrupta, 24 horas por dia e 7 dias por semana, suportando gravação simultânea de múltiplos canais de vídeo, com tecnologia adequada para aplicações de vigilância eletrônica. deverá apresentar desempenho compatível com, assegurando estabilidade, confiabilidade e integridade dos dados gravados. modelo/marca de referência: western digital wd64purz .	UN	2,00	3.225,080	6.450,16
00005	00001	00000479	CAIXA DE SOBREPOR VBOS>> caixa de sobrepor vbox: dimensões externas (lxa xp) 102x101x53mm peso suportado (câmera na tampa) até 1kg. material plástico resistente (abs ou similar). instalação: montagem em parede ou teto.	UN	36,00	24,020	864,72
00006	00001	00000754	NOBREAK 600VA>> nobreak 600va - line interactive potência: 600va / 360w (fator de potência 0,6). tensão de entrada: 115v / 127v. tensão de saída: 115v / 127v ± 10% (estabilizada). frequência: 60 hz. tempo de transferência: < 8 ms tempo de backup: aproximadamente 10 a 20 minutos bateria: chumbo-ácido selada (1 x 12v/7ah). conectores: mínimo de 4 tomadas padrão brasileiro, com proteção contra surtos elétricos. proteções: contra curto-circuito, sobrecarga, sobretensão, subtensão e descarga profunda da bateria. recursos adicionais: religamento automático após retorno da energia elétrica.	UN	2,00	955,350	1.910,70



Autenticar documento em <https://camarasomateus.nopapercloud.com.br/autenticidade> com o identificador 320034003700330039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

PREÇO MÉDIO DA PROPOSTA DE PREÇOS SIMPLES

Pesquisa de Preços Nº 000015/2026 - 29/04/2026 - Processo Nº 000216/2026

Ítem	Lote	Código	Especificação	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor Total
00007	00001	00000749	SWITCH POE 24 PORTAS>> switch poe 24 portas gigabit 24 portas 10/100/1000 mbps.método de comutação: armazena e envia (store-andforward) capacidade de comutação: superior a 45 gbps taxa de encaminhamento de pacotes: superior a 35 mpps taxa de transferência: ethernet: 10 mbps (half duplex), 20 mbps (full duplex); fast ethernet: 100 mbps (half duplex), 200 mbps (full duplex); gigabit ethernet: 2000 mbps (full duplex) ideal para aplicações que exigem alto tráfego de dados alimentação: entrada: 100-240 vac / 50-60 hz (bivolt automático).	UN	2,00	4.977,784	9.955,57
00008	00001	00000866	CABO DE REDE CAT 5E>> cabos 100% cobre resistente a intempéries - cat5e cmr (riser) antichamas. construção: 4 pares de cobre 24 awg, capa de pvc retardante de chama ou lszh (low smoke zero halogen). 305 metros.	CX	4,00	1.391,700	5.566,80
00009	00001	00002706	CANALETAS, ELETRODUTOS E ACESSÓRIOS canaletas, eletrodutos e acessórios de fixação conforme necessidade	UN	1,00	3.264,000	3.264,00
00010	00001	00000629	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE CÂMERAS DE VÍDEOMONITORAMENTO>> serviço de instalação de câmeras: prestação de serviço de instalação de 36 câmeras de cftv, incluindo: fixação das câmeras nos pontos indicados pela câmara, passagem de cabos, conectorização, testes de continuidade e organização dos cabos, interligação das câmeras switch e ao gravador (nvr), ajustes de foco, ângulo e verificação de imagem, atestar o funcionamento do software em computador dos responsáveis pelo monitoramento na câmara municipal	UN	1,00	14.518,200	14.518,20
00011	00001	00000833	RACK 5U DE PAREDE>> rack 5u de parede - rack de parede 5u básico (aberto): instalações simples em pequenos escritórios, redes domésticas ou pontos de telecomunicação, com aplicação comum em cftv. especificações técnicas: material: aço carbono. capacidade de carga: até 50 kg. profundidade: 300mm a 600mm. porta: acrílico e fecho com chave montagem: fixação direta na parede. c compatível com nvr, item 3).	UN	2,00	698,820	1.397,64

110.380,03





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS/ES
Processo Administrativo nº 000216/2026
CIDADES: **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM ENTRE SI
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS (ES), POR INTERMÉDIO DO
PRESENTE INSTRUMENTO E A **EMPRESA**.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS (ES)**, com sede no(a) Avenida Jones dos Santos Neves, 40/70 – Centro – São Mateus (ES), inscrito(a) no CNPJ sob o nº 27.559.343/0001-47, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado (a) por seu Presidente, **WANDERLEI SEGANTINI**, inscrito no CPF nº XXX.430.387-XX, e o (a) empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado (a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito no CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX** conforme **atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos** autos, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 000330/2026** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 000002/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de sistema de segurança com câmeras de vídeo monitoramento, incluindo o fornecimento de todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários ao perfeito funcionamento do sistema, conforme relatório anexo contendo as especificações do objeto contratado.
- 1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.3.1. O Termo de Referência;
 - 1.3.2. O Edital da Licitação;
 - 1.3.3. A Proposta do Contratado;
 - 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **120 (cento e vinte) dias** contados do(a) **data inicial da vigência**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos. [utilizar em contrato de valor estimado.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, considerando a proposta do licitante

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
- 8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
 - 8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
 - 8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
 - 8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
 - 8.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e
 - 8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.
- 8.9. Cientificar o setor de representação judicial do órgão para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- 8.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas na Minuta do Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e;

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de São Mateus/ES.

15.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE - Ficha – 00020 - Fonte de Recurso - 150000000000

001010.0103100012.001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO - 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO - Ficha – 00010 - Fonte de Recurso - 150000000000

15.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS

Estado do Espírito Santo

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de São Mateus/ES, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

São Mateus-ES, xx de xxxxxxxx de 2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MATEUS - CONTRATANTE
WANDERLEI SEGANTINI – PRESIDENTE**

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - CONTRATADA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - REPRESENTANTE LEGAL**



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://camarasaomateus.nopapercloud.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 320034003700330039003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **WANDERLEI SEGANTINI** em 29/04/2026 15:57

Checksum: **17A1DAB31E38479BF28C1AAEC835B6E93C288B98AD941A56C08F1F9E5F6DE9F6**

